

A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS PERSPECTIVAS DE FREIRE E TEIXEIRA NO ENFRENTAMENTO DO AUTORITARISMO CONSERVADOR DO CAPITAL

*Rafaella Jovanovich de Souza*¹

 <https://orcid.org/0000-0002-1498-4368>

*Darcísio Natal Muraro*²

 <https://orcid.org/0000-0002-5413-8385>

Resumo: Este trabalho busca bases conceituais para a realização de uma educação democrática que supere os movimentos neoliberais e neoconservadores no contexto atual. O problema da pesquisa é: Como a educação democrática pode ser fator de transformação social numa perspectiva de humanização e emancipação da hegemonia neoliberal? O objetivo proposto é investigar a contribuição de uma educação democrática na construção de uma sociedade emancipada das hegemonias do capital neoliberal. O estudo se caracteriza como revisão de literatura focada na exploração das concepções de educação democrática em Paulo Freire e Anísio Teixeira. A questão estudada é candente considerando que a falta de uma educação que promova a consciência de classe e o pensamento crítico da realidade atual possibilita a ascensão das forças hegemônicas e o aumento das desigualdades, o que impede aos oprimidos de se tornarem sujeitos de sua história. Como resultado, o estudo resgata as contribuições de Freire e Teixeira acerca de uma educação que proporcione a experiência de diálogo e pensamento crítico com intencionalidade democrática e libertadora. Assim, é possível desde a escola formar o sujeito autônomo e compromissado com seu papel ativo na construção de uma sociedade emancipada da dominação do sistema capitalista.

Palavras-chave: Educação Democrática; Sujeito Autônomo; Neoliberalismo; Paulo Freire; Anísio Teixeira.



¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Londrina. E-mail: rafaellajovanovich1@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela FEUSP e Pós-doutorado em Filosofia pela UFABC. Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina / PR, Departamento de Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). E-mail: murarodnm@gmail.com.

THE DEMOCRATIC EDUCATION IN THE PERSPECTIVES OF FREIRE AND TEIXEIRA IN CONFRONTING THE CONSERVATIVE AUTHORITARIANISM OF CAPITAL

Abstract: This work seeks conceptual bases for carrying out a democratic education that overcomes the neoliberal and neoconservative movements in the current context. The research problem is: How the democratic education can be the factor of social transformation in a perspective of humanization and emancipation from neoliberal hegemony? The proposed objective is to investigate the contribution of a democratic education in the construction of a society emancipated from the hegemonies of neoliberal capital. The research is characterized as a revision of literature focused on exploration of democratic education concept by Paulo Freire and Anísio Teixeira. The question studied becomes important considering that the lack of an education that promotes class consciousness and the critical thinking of current reality enable the ascension of hegemonic forces and the increase in inequalities, what restrains the oppressed to become subjects of their history. As result, the research rescues the contribution of Freire and Teixeira about one education that provides the experience of dialogue and critical thinking with democratic and liberating intentionality. Therefore, it is possible since school to form the autonomous subject committed to its active role in the construction of a society emancipated from domination of capitalist system.

Keywords: Democratic Education; Autonomous Subject; Neoliberalism; Paulo Freire; Anísio Teixeira.

LA EDUCACIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS PERSPECTIVAS DE FREIRE Y TEIXEIRA FRENTE AL AUTORITARISMO CONSERVADOR DE EL CAPITAL

Resumen: Este trabajo busca bases conceptuales para la realización de una educación democrática que supere los movimientos neoliberales y neoconservadores en el contexto actual. El problema de investigación es: ¿Cómo la educación democrática puede ser un factor de transformación social en una perspectiva de humanización y emancipación de la hegemonía neoliberal? El objetivo propuesto es investigar el aporte de una educación democrática en la construcción de una sociedad emancipada de las hegemonías del capital neoliberal. El estudio se caracteriza por ser una revisión de la literatura centrada en explorar las concepciones de educación democrática en Paulo Freire y Anísio Teixeira. La cuestión estudiada es candente considerando que la falta de una educación que promueva la conciencia de clase y el pensamiento crítico de la realidad actual posibilita el surgimiento de fuerzas hegemónicas y el aumento de las desigualdades, lo que impide que los oprimidos se conviertan en sujetos de su historia. Como resultado, el estudio rescata los aportes de Freire y Teixeira sobre una educación que proporcione la experiencia del diálogo y el pensamiento crítico con intenciones democráticas y liberadoras. Así, es posible desde la escuela formar un sujeto autónomo comprometido con su rol activo en la construcción de una sociedad emancipada de la dominación del sistema capitalista.

Palabras clave: Educación Democrática; Sujeto Autónomo; Neoliberalismo; Paulo Freire; Anísio Teixeira.

Introdução

Este trabalho busca bases conceituais que permitam compreender as condições de educação democrática que supere os movimentos neoliberais e neoconservadores no cenário educacional atual. O problema proposto para ser investigado nesta produção pode ser assim formulado: Como a educação democrática pode ser fator de transformação social numa perspectiva de humanização e emancipação da hegemonia neoliberal? O objetivo proposto é investigar a contribuição de uma educação democrática na construção de uma sociedade emancipada das hegemonias do capital neoliberal a partir das contribuições de Paulo Freire e Anísio Teixeira. Estes são dois pensadores da filosofia da educação brasileira que se dedicaram a pensar a relevância da educação democrática para a formação humana e a transformação social.

A argumentação da pesquisa divide-se em três partes: (i) compreender os efeitos das pedagogias tradicionais na formação da sociedade; (ii) analisar o processo neoliberal e sua hegemonia no cenário educacional atual; e (iii) desenvolver uma concepção de educação voltada para a transformação social na perspectiva democrática e humanizadora segundo Paulo Freire e Anísio Teixeira.

A pesquisa utiliza a metodologia de revisão bibliográfica para fundamentar conceitos e argumentos que cooperem para desenvolver o problema proposto. Para discutir o assunto, a pesquisa recorre a autores que estudam o sistema neoliberal na sua constituição, como Dornelles (2017), Ferreira e Frigotto (2019) e Hypolito e Lima (2019). São recuperadas as discussões de Anísio Teixeira (1963, 2006) sobre a educação democrática como possibilidade de formar o sujeito como um ser social e promover a integração nacional. Por fim, são exploradas as concepções de Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido* (2020b) e *Pedagogia da Autonomia* (2020a) sobre a educação libertadora, problematizadora e dialógica, contraposta à educação bancária de caráter colonizador.

Para delinear a justificativa do trabalho, utilizam-se as palavras *inquietação* e *conscientização*, que surgem da reflexão sobre a experiência do percurso escolar dos estudantes da atualidade submetidos a uma educação que forma sujeitos com traços passivos e mecânicos, dificultando o exercício da sua autonomia. Considera-se que o ambiente universitário é um dos espaços que oportunizam enxergar que a educação básica vigente não tem como objetivo desenvolver o senso de criticidade e de liberdade e a busca pela autonomia, contudo nem todos têm acesso a esses espaços emancipadores, portanto

difícilmente puderam experienciar essas duas palavras iniciais.

Discussões pautadas em algumas disciplinas com abordagem filosóficas no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina sobre tendências educacionais tradicionais e suas intencionalidades na formação do homem e da mulher despertaram essas reflexões. A conjuntura educacional brasileira atual carrega vícios de uma sociedade moldada pelos interesses econômicos hegemônicos do capital, que se sobrepõem à dignidade humana e acabam seduzindo os estudantes.

Pontua-se aqui o atual cenário de regresso democrático, em que se proliferam ataques às educações que tentam se aproximar da prática libertadora e aos movimentos sociais que lutam pela autonomia da população marginalizada, e em que os estudantes lidam constantemente com ameaças e ofensivas às universidades, professores, ciência e aos direitos enquanto cidadãos. Torna-se essencial explicitar essa conjuntura para a sociedade, dando suporte para ponderações acerca das condições em que se encontra e instigando a busca pela liberdade.

Com isso, é trazida a relevância de discutir o contexto político-educacional atual, a fim de repensar práticas opressivas reproduzidas em sala de aula, entendendo o peso político que a educação carrega à luz de reflexões de Paulo Freire e Anísio Teixeira sobre a pedagogia libertadora. O presente texto toma a educação como instrumento de luta e movimenta argumentações a fim de traçar caminhos para uma sociedade que supere as contradições e consequentes opressões do presente modelo político-econômico.

O ataque à educação no atual contexto se justifica pelo seu potencial transformador. Tudo isso se evidencia pelo apreço à educação mercantilizada, considerando-a como uma instituição de reprodução do sistema:

[...] pelo conteúdo e método de produção e socialização do conhecimento trabalhado na escola, ela exerce uma determinada função política: transformadora ou conservadora. [...] querem silenciar [...] aquelas análises que têm sua base em autores que ajudam os jovens a entender a natureza das relações sociais de classe, sob uma sociedade das mais desiguais e violentas do mundo. (Ferreira; Frigotto, 2019, p. 109).

Considerando essa realidade, torna-se preciso retomar conceitos e analisar experiências de pedagogias que promovam a humanização de sujeitos autônomos e conscientes de seu agir no mundo.

O texto carrega como hipótese a concepção de que as políticas governamentais em relação à educação carregam a intencionalidade de anular subjetividades, formando um

modelo ideal de pessoas disciplinadas e oprimidas que não desenvolvem suas capacidades humanas voltadas à sensibilidade e criticidade, pois o sistema político-econômico almeja “[...] a manutenção do obscurantismo da maioria da população brasileira, negando-lhe bases de conhecimento para uma análise autônoma da realidade em todas as suas dimensões” (Ferreira; Frigotto, 2019, p. 104).

Esse modelo político tem por objetivo silenciar as vozes dos oprimidos, impedindo-os de conhecer e lutar por seus direitos e permitindo que o governo atue no cerceamento da liberdade de pensar, falar e agir. O pensamento crítico é um caminho para o enfrentamento dessa problemática ao oportunizar aos sujeitos o desenvolvimento das suas capacidades de problematização, reflexão e criação de significados capazes de transformar a sua experiência histórica e culturalmente situada. Ao criar espaço de discussão e participação ativa na construção do conhecimento, a criticidade e criatividade superam o modelo bancário de ensino de conteúdos que mantém o estudante ocupado na recepção e reprodução dos saberes a ele impostos.

1. Desenvolvimento

1.1 A educação bancária e a opressão segundo Paulo Freire

Com o objetivo de caracterizar a educação atual, recorre-se à concepção de Paulo Freire sobre a educação bancária, nas ideias apresentadas no livro *Pedagogia do oprimido*, esta que se faz presente nas escolas no contexto que pretendemos discutir. A educação em pauta busca fazer do futuro cópia do presente, pois “nela o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração” (Freire, 2020b, p. 79), domesticando sua curiosidade e impondo a adaptação à realidade.

Disso, entendemos que a realidade material presente, ao se reafirmar como único futuro possível, é desumanizadora pelo modelo colonial de opressão que vigora ao longo da história. Com isso, atualmente se reproduz, segundo Freire (2020b), o ser imobilizado e sem esperança, tido como “ser menos”; dessa forma, vem à tona o dever da pedagogia do oprimido de contestar a desumanização, levantando o papel histórico dos sujeitos e promovendo neles o “ser mais”. É importante pensar o entendimento de Freire (2020b) acerca da ética universal do ser humano com seu poder de transformação social ante uma ética moralista e autoritária que acomoda os sujeitos ao processo de opressão.

Freire expõe suas proposições sobre a necessidade de construção mútua entre

educador e educando, afirmando que é necessário tratar a opressão como objeto de reflexão a partir da condição do oprimido, pois “pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É [...] transformá-los em massa de manobra” (Freire, 2020b, p. 72).

Entende-se que ao se ter, no ensino bancário, uma realidade sufocantemente determinada como perpétua, forja-se a desumanização, que só se resolve pelas práticas de formação libertadora. Para construí-las, faz-se necessário analisar os modos de agir na raiz da situação a ser superada. Nesse sentido, Freire aponta formas de ação antidialógicas, contrapondo-as às formas de agir revolucionárias, capazes da superação dos sistemas de opressão atuais.

Reforça-se, para a compreensão desses conceitos, o entendimento do ser humano como sujeito, que, diferentemente dos outros animais, é agente e, assim, se realiza a partir de determinados conhecimentos pensados crítica e criativamente. Compreende-se que a reflexão junto da ação é a práxis. A práxis torna-se a ferramenta humana de agência sobre o mundo; logo, o verbalismo e a ação isolados não mudam estruturas, elas só serão revolucionadas se as partes do processo entenderem radicalmente o objeto a ser transformado pela ação: “Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” (Lenin apud Freire, 2020b, p. 168).

Para debater a opressão, Freire aborda as ações enquanto dialógicas e antidialógicas, pois acredita que a dominação se faz negando aos dominados a verdadeira práxis, a capacidade de se conceber como sujeitos de suas próprias formas de pensar e agir, impondo-lhes a adaptação ao mundo, e não a transformação do mundo. A pedagogia oposta, por meio do diálogo, problematiza a realidade em busca de conjuntamente entender as raízes de sua exploração.

Das ações antidialógicas, o autor elenca **a conquista** que se dá por meio da transferência de mitos do dominador aos dominados, reduzindo de forma violenta o ser humano a objeto passivo que recebe a ideologia, produzindo uma falsa consciência que mistifica a realidade como um insuperável fato a se adaptar. A conquista se dá pela **divisão** dos oprimidos impedindo que estes busquem a unidade organizacional como uma ameaça à hegemonia, “Na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder.” (Freire, 2020b, p. 190).

Dessas ações que mantêm estagnada a sociedade, a **manipulação** é outro fazer

essencial para conformar os oprimidos, garantindo a sua imaturidade política. Constrói-se não apenas pelos mitos hegemônicos, mas também garantindo uma percepção ilusória de auto-organização das massas. Freire elenca, como exemplo, políticas que atendem demandas populares sem pautar as raízes dessas necessidades; não construindo soluções em conjunto da população de forma a resolver essas contradições, acaba distraindo os oprimidos por meio de assistencialismos ou falsas promessas.

Por fim, das ações antidialógicas, Freire elenca a **invasão cultural**; “Desrespeitando as potencialidades do ser a que condiciona, [...] é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão.” (Freire, 2020b, p. 205). Isso leva ao apagamento de modos de vida originais e à mimetização de modelos invasores, convencendo os invadidos de que, se não se parecerem com os invasores, serão vistos como inferiores.

Outra consequência dessa forma de ação é o entranhamento da opressão nos oprimidos. Por se moldar nesse padrão invadido, a sociedade, as instituições inseridas nela, a formação e a socialização dos oprimidos reproduzem nestes a antidialogicidade, que os molda como hospedeiros dessa relação de opressão a ser por eles mesmos reproduzida. Esse resultado implica aos oprimidos a necessidade de, em processos revolucionários, superarem também uma parte de si, já que são também perpetradores da lógica invasora.

Constituem-se, assim, ferramentas sistemáticas para a reprodução efetiva da opressão, por meio de modelos educacionais forjados em conjunturas de regresso das forças sociais de tipo colonialista e exploratórias, como será explicitado na seção seguinte.

1.2 O processo neoliberal e sua hegemonia no cenário educacional atual

O surgimento do neoliberalismo no Brasil é caracterizado por Hypolito e Lima (2019) como uma “onda conservadora”, com ideias moralistas e religiosas para torná-las base das atividades políticas. As conquistas sociais dos grupos marginalizados são banalizadas e a ideia de meritocracia é defendida. Busca-se restaurar valores do passado para combater a “degeneração social” trazida pelas mudanças sociais e ainda acredita-se que os programas sociais impedem o crescimento do país, favorecendo o livre mercado e a harmonia social por meio de valores determinados.

Os autores trazem em pauta o caráter padronizado e controlado dos assuntos e métodos educativos dentro das escolas, sempre buscando a manutenção dos valores da sociedade neoconservadora e neoliberal.

[...] a ideia é recolocar no centro do currículo questões referentes à autoridade, à moralidade, à família, à igreja e à decência, pois somente tais aspectos poderiam superar a *decadência* moral tão evidente para eles nos dias atuais. (Hypolito; Lima, 2019, p. 8).

O movimento ainda no Brasil fez surgir o objetivo de agir politicamente para impedir uma “conspiração comunista” nas escolas e nos projetos do governo. Desse modo, surgem novos movimentos, como o “Movimento Escola Sem Partido”, que utiliza princípios do fundamentalismo religioso e cristão, ideologias anticomunistas e libertarianismo, difundidos para combater a “contaminação político-ideológica” das escolas.

Para isso, defende-se a ideia de que a educação deve ser “neutra” e despida de ideologias; assim, a escola deve ser um lugar exclusivamente de transmissão de conteúdos, pois a educação “é ensinada em casa”, reforçando a ideia de “um menor Estado possível, que não interfira na vida privada” (Hypolito; Lima, 2019, p. 11).

Enfatiza-se a ação de representantes desse movimento na composição da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), demandando:

[...] 1. Separação entre espaço público e privado, transferindo a educação para o espaço privado da família, a quem caberia toda a formação moral e ética das crianças; 2. Contra o viés ideológico de esquerda que sustentaria o documento apresentado à consulta pública; 3. Contra a diversidade cultural nos currículos; e 4. Contra a ideologia de gênero nos currículos. (Macedo, 2017 apud Hypolito; Lima, 2019, p. 12).

Todas essas questões deixam claras as intenções desse movimento sobre a educação e, conseqüentemente, sobre a sociedade, agindo em direção ao moralismo e ao liberalismo do sistema de mercado, cerceando a autonomia de educadores na sua prática pedagógica e banalizando a ação educativa, o que leva a uma percepção passiva de aluno, a fim de se alcançar um determinado interesse ideológico.

Dornelles (2017) apresenta uma concepção desse movimento enfatizando o Estado nessa relação, caracterizando o governo vigente como “fascista”, pelas suas características autoritárias e repressivas, principalmente no que tange aos “retrocessos em todos os

campos dos direitos humanos” (Dornelles, 2017, p. 154).

Primeiramente o autor discute sobre a expansão dos direitos humanos na atualidade, destacando os documentos e organizações que os preconizam. É considerado que eles são fruto de luta pelos movimentos sociais na busca pelo aumento dos direitos sobre estes grupos, sendo preciso “[...] entender que as categorias da democracia e direitos humanos não são neutras; são resultados de complexas construções sociais que se articulam historicamente” (Dornelles, 2017, p. 156).

Dessa forma, esses fatores sistemáticos contribuem para o retrocesso, adotando políticas de austeridade a fim de reduzir os déficits financeiros do governo, regulando o sistema de capital e restringindo suas políticas a uma classe elitista.

Essas políticas são implantadas por consequência de uma crise capitalista, a qual, à medida que aumenta, revela:

[...] avanço de movimentos antidemocráticos e da expansão de um senso comum ultraconservador; [são políticas] expressas em diferentes dimensões da existência e em práticas sociopolíticas e culturais: criminalização ampliada da pobreza e do protesto social; ampliação do populismo penal e expansão do punitivismo; reação das classes altas e médias às conquistas de direitos por parte das classes sociais subalternas [...]. (DORNELLES, 2017, p. 157).

Dornelles (2017) cita Gramsci para conceituar *crise orgânica*, que é uma crise na hegemonia do capital, em que a classe dominante não consegue mais estabelecer controle político-ideológico sobre a sociedade, sendo preciso adotar um modelo autoritário suficiente para movimentar a sociedade em direção à hegemonia.

Com isso, o autor enfatiza o quadro atual de negação ao multiculturalismo, à diversidade, aos processos históricos e ao conhecimento historicamente produzido, impossibilitando pensar democraticamente. Esses pressupostos acarretam a individualização das pessoas, impedindo-as de pensar-se como seres sociais e históricos e condenando todos aqueles que não se encaixam nos moldes sociais e morais:

A imagem desse terror social produz a necessidade de conjugação de ação disciplinar, pós-disciplinar e controle direto sobre os corpos indesejáveis. As ações disciplinares contemporâneas são próprias dos estados totalitários, garantidoras da manutenção de imenso contingente excluído, produto direto do capitalismo globalizado. (Dornelles, 2017, p. 164).

Ferreira e Frigotto (2019) discutem sobre a nova cultura autoritária no contexto político e as suas tentativas de controle ideológico, defendendo que a classe opressora resiste em investir na ciência e na educação da classe oprimida, negando-lhes o conhecimento e a cultura historicamente produzidos. Isso faz “[...] da educação um negócio rendoso, mas, também, de orientar os conteúdos e métodos, supostamente neutros, para os conhecimentos e valores que servem ao mercado” (Ferreira; Frigotto, 2019, p. 108). Nesse sentido, o mercado aparece como a fonte de valoração neutral e soberana a qual todos teriam que se adaptar e servir.

Salienta-se aqui que o interesse neoliberal sobre a educação é formar sujeitos eficientes economicamente, passivos politicamente e controlados moralmente, ambiente essencial para a reprodução do sistema. Portanto, as ideias de Anísio Teixeira e Paulo Freire serão utilizadas nas seguintes seções a fim de explorar caminhos para a realização de uma educação democrática, que supere as condições atuais de dominação.

1.3 Anísio Teixeira e a educação democrática

Para contribuir com a reflexão sobre a complexidade do atual contexto social e educacional, buscamos apoio na discussão de Anísio Teixeira (1963) sobre a educação democrática em um contexto de fluidez social, onde é preciso organizar as ações educativas para acompanhar, de forma consciente, as mudanças alinhadas à intencionalidade democrática. O pensador critica o comportamento da nação, que estava sendo contrário a esse ideal, já que prevalecia uma postura imediatista, de “aproveitar” do que está disposto no momento.

É nos trazida a ideia dos “grupos de pressão”, envoltos de influência social e privilégios, que são desresponsabilizados frente às consequências de suas ações, portando direitos e sendo ausentes de deveres. A demasiada quantidade de direitos desses grupos da elite acaba por colocar mais deveres nos grupos menos favorecidos da sociedade, confrontando a integração social do país, conceito defendido pela capacidade de equilibrar essas condições.

O autor coloca em pauta o problema histórico relacionado à grande parcela de “ineducados” na formação do país, sendo esse o motivo impeditivo para criar condições para a luta de classes, já que não há condições iguais para a luta e nem o desejo de superação das estruturas sociais. Dessa forma, a educação é considerada o meio necessário

para atingir a integração em uma revolução democrática, com a adesão de um sistema educacional por e para toda a sociedade.

Aqui se superam dualismos da prática educativa: a educação deve atender a todas as esferas sociais de forma integral e o conhecimento deve ser útil para aplicação nos mais diferentes contextos da população e levar ao progresso social. A educação dessa parcela de “ineducados” permitiria o despertar de consciência dos seus direitos e deveres e, conseqüentemente, o anseio por eles, gerando movimento de luta e reivindicação.

Anísio Teixeira (2006) coloca como pressuposto a capacidade educável de todo o ser humano, que deve ser conduzida para a vida em sociedade de forma plena, em que todos consigam participar dela de maneira autônoma e igualmente justa. Ele compreende que esse movimento de transformação da realidade social depende de uma intencionalidade alicerçada na educação democrática. Conforme afirma o autor: “não é qualquer educação que produz democracia, mas, somente, insisto, aquela que for intencionalmente e lucidamente planejada para produzir esse regime político e social” (Teixeira, 2006, p. 255). Para o autor, o movimento de transformação articula as esferas política, social, educacional e econômica. Somente assim é possível preparar o indivíduo para uma vida participativa em sociedade com autonomia e consciência do seu agir democrático. Para isso, todos os participantes da sociedade devem ter o máximo de pontos de contato nos seus interesses a ponto de torná-los comuns, condição para o funcionamento de uma sociedade inteligentemente integrada.

Tomamos a escola como um ambiente que deve refletir a organização de uma sociedade democrática, em que todos os seus participantes partilham dos interesses comuns e se movem pautados por eles. A escola democrática unifica a vida cotidiana ao conhecimento, fazendo os aspectos intelectuais se conectarem às conjunturas da realidade, mostrando-se úteis ao trabalho dentro da sociedade e

[...] proporcionando ao indivíduo um meio apropriado à revisão e integração de suas experiências, no sentido de fazê-lo participante inteligente e ajustado de uma sociedade de todos e para todos, em que o respeito e o interesse pelos outros se estendam além das estratificações sociais e de grupo e se impregnem de espírito de que [...] o indivíduo é membro de sua comunidade, de seu país e de toda a humanidade. (Teixeira, 2006, p. 260).

Assim, considera-se que o indivíduo se constitui por meio das inter-relações com os outros membros da sociedade, da mesma forma que suas ações também têm potencial de

mudança sobre a existência do outro. A educação democrática desenvolve as capacidades pessoais de pensar, sentir e intencionalizar a ação, criando condições para resolver conflitos e formando o homem integrado, um cidadão para a democracia.

Visando à educação democrática, torna-se essencial compreender que a escola de pedagogia coercitiva impossibilita esse objetivo, já que impõe ao sujeito de forma autoritária as suas condutas e ideias. Dessa maneira, sem relações de compartilhamento ativo entre todos os membros desse grupo, não há formação da autonomia e criticidade, não há sentimento de identificação e integração com o outro.

A escola democrática é tomada como uma comunidade onde todos devem ter voz sobre as transações que acontecem nesse contexto, pois são participantes ativos desse fenômeno ou, como colocado pelo autor, “[...] Ninguém é tão desprovido que possa ser apenas mandado” (Teixeira, 2006, p. 267). Assim, estabelecem-se condições para uma sociedade democrática, na base de que cada um conta um, e todos reconhecem seu pertencimento na sociedade, assumindo a responsabilidade de suas ações frente a esse grupo.

Dessa forma, considera-se que as ideias de Anísio Teixeira sobre a importância da educação democrática para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária são extremamente relevantes no contexto atual, principalmente considerando que as estruturas de opressão de caráter colonial permanecem com sua influência estável na esfera social. Argumenta-se, então, que há necessidade de organização de uma pedagogia que busque a autonomia e a igualdade dos seus membros.

Essa pedagogia não pode seguir a tendência de mera reprodução do que está disposto, mas precisa atender à prática, produzindo conhecimentos que sejam úteis aos participantes dela, buscando estudar as estruturas vigentes para produzir consciência de classe nos grupos oprimidos e, a partir disso, se desdobrar na luta de classe, intencionalizando a transformação social pautada pela ação inteligente, dialógica e comunitária. Assim, uma escola democrática formadora das condições da vida social democrática requer um movimento nacional voltado para conceber, implementar e conservar esse ideal voltado para a integração nacional.

Teixeira, tomando como referência as concepções da educação democrática de John Dewey entende que é necessário romper o abismo entre a realidade da experiência de vida dos estudantes e a escola tradicional enciclopédica, que se pauta pela memorização e reprodução do conteúdo como critério para a continuidade da vida escolar, servindo para a

exclusão da massa de estudantes desprovida das condições de se adaptar a esse sistema. Para ele, é necessária uma mudança radical na escola pública para cumprir sua função social e democrática:

A reorganização importa em nada menos do que trazer a vida para a escola. A escola deve vir a ser o lugar onde a criança venha a viver plena e integralmente. Só vivendo, a criança poderá ganhar os hábitos morais e sociais de que precisa, para ter uma vida feliz e integrada, em um meio dinâmico e flexível tal qual o de hoje. (Teixeira, 2000, p. 40).

Teixeira concebeu a escola pública como uma instituição cuja função social consiste em permitir aos estudantes vivenciar experiências pedagógicas reflexivas que partissem das problemáticas da realidade da comunidade na qual estão inseridos para poderem intervir transformando o seu ambiente comunitário. Assim, a escola pública comprometida com uma educação reflexiva pode operar a reconstrução da experiência como prática democrática.

Conforme ressaltam Magoga e Muraro (2020, p. 12), a função da escola pública é a formação “de um povo soberano em uma sociedade democrática”, contraposta à visão mercadológica de preparação tecnicista e exclusão da formação cultural humanística. Esses autores destacam a luta travada por Teixeira pela:

[...] educação gratuita, universal e de qualidade que pode fazer com que o homem perceba a importância da sua liberdade intelectual, do desenvolvimento das suas capacidades e do quanto elas se fortalecem quando pensadas e praticadas em conjunto. Portanto, a escola pública é a maneira de levar igualdade e liberdade intelectuais e políticas para todos, de modo que se tornem reflexivos, conscientes e participativos. (Magoga; Muraro, 2020, p. 13).

Assim, Teixeira é o precursor desse movimento da escola pública brasileira a ser construída pelo povo brasileiro. A proposta de educação, especialmente de educação popular de Freire, tem forte relação com as concepções de Teixeira.

Com isso, as argumentações de Paulo Freire serão exploradas na próxima seção, a fim de buscar elementos da pedagogia da autonomia que também levem à sociedade democrática.

1.4 Paulo Freire e a educação para a autonomia

Para desenvolver uma concepção de educação voltada para a transformação social na perspectiva democrática e humanizadora segundo Paulo Freire, recorre-se ao seu livro

Pedagogia da Autonomia, obra na qual o autor expõe uma reflexão sobre a educação chamada progressiva, em defesa da autonomia dos educandos.

A base dessa concepção educacional entende o “formar” como além do treinamento técnico; é a formação humana e cidadã, negando a pretensão de neutralidade. Comprometida eticamente, essa educação deve assumir um ponto de vista, o dos condenados da terra. É neste sentido que o autor coloca as possibilidades de transformação social em um contexto de ideologia neoliberal inflexiva e anti-humana. Na obra, enfatiza-se a ética não determinada pelas relações produtivas de nosso período histórico, mas universalmente humana, que viabiliza o convívio de nossa espécie, que justamente pela capacidade ética se difere das outras.

Para que seja assim, a pedagogia da autonomia deve preparar o educando para além dos limites histórica e socialmente postos. Além das possibilidades de progresso histórico disruptivo das ideologias vigentes, o autor concebe uma educação que possibilita a apreensão do conhecimento mais profunda e livre, superando em diferentes aspectos a educação bancária.

Nas palavras de Freire (2020a), dentro dessa concepção, ensinar não deve se limitar a transferir conhecimento, mas deve criar as possibilidades para sua produção, devendo ser essa sua razão ontológica e prática cotidiana. Propõe-se aqui uma relação dialógica entre docência e discência intrinsecamente mútua, amorosa e de comunhão no processo de ensinar e aprender e não a de um sujeito para um objeto. Para que o educando consiga ser estimulado à construção de conhecimentos, é necessário condicionar o aprendizado crítico que parta da curiosidade do próprio estudante, tarefa impraticável por um “repetidor credenciado de frases e ideias inertes” (Freire, 2020a, p. 29), mas por um professor desafiador.

Essa prática é possível, pois o educando já adquire seus conhecimentos ao experienciar o mundo, com a curiosidade ingênua, que cria saberes de senso comum, segundo Freire (2020a). A fonte produtora do conhecimento deve ser respeitada e promovida à curiosidade epistemológica; “Com a curiosidade domesticada posso alcançar a memorização mecânica do perfil deste ou daquele objeto, mas não o aprendizado real ou o conhecimento cabal do objeto” (Freire, 2020a, p. 83). Essa promoção, da ingenuidade para criticidade, deve ser o papel da educação que se propõe progressiva.

As tarefas da educação transformadora, com seus métodos, só se efetivam com a coerência ética do educador. A ética proposta se relaciona diretamente com o poder da

educação de transformar a sociedade, sendo o pensar certo, assim como a aceitação do novo e seus riscos, rejeitando o velho não por sua cronologia, mas por suas limitações, sobretudo pela discriminação e preconceito que se enraízam nas ideias constituintes dos sistemas de exploração do homem pelo homem. Nas palavras do autor, “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (Freire, 2020a, p. 59).

A proposta de educação apresentada também se faz humanizadora, sendo dialética e crítica, pela abertura ao diálogo e revisão das posições; para isso, assume os integrantes do processo todos como sujeitos, sendo considerados sua humanidade, seus sentimentos, contextos, culturas, geralmente abstraídos nas visões pragmáticas do processo de apenas ensinar. Ao ignorar e abstrair o contexto dos formandos, deixa-se de lado o caráter socializante da escola, corroborando com os obstáculos do aprendizado que incidem sobre os estudantes.

Ainda acerca da valorização da humanidade nessa forma de educação, Paulo Freire entende que o inacabamento é parte da vida e que o ser humano, diferentemente dos outros seres vivos, é consciente de sua condição. Também capazes de organizar, comunicar e apreender e atribuir significados, impõe-se aos sujeitos a ética, cujo comportamento podem aderir ou rejeitar.

À pedagogia da autonomia é necessário todo rigor metódico de análise da realidade, humildade e ética de rever os posicionamentos e abrir-se ao diálogo para a apuração mais precisa do mundo em volta do educador. Apreendida a realidade, é necessário também entender o “futuro como um problema e não como inexorabilidade” (Freire, 2020a, p. 74), abrindo-se o horizonte da intervenção.

Intervir deve ser prática pedagógica, pois é mais complexo e gera novos saberes na relação entre reflexão e ação. Acerca das intenções dessa intervenção no âmbito social, reforça-se a noção de impossibilidade do ensino neutro; estando inseridos em uma realidade de contradições, fica implicada uma escolha sobre qual dos lados dessa contradição, da qual emerge o sujeito, se favorece com seu estudo e ação.

O potencial de mudança da sociedade está na abordagem pedagógica que considera o ser humano como inacabado, livre, pensante e ético, permitindo à humanidade o poder sobre o futuro. O ensino pragmático, por não ser crítico, mantém as estruturas presentes e nega o caráter humano do ser. Para uma educação democrática, é importante que o educando participe ativamente do processo de aprendizagem e tenha seus afetos voltados a

ele. O educador deve entender seus educandos, inserindo-se em suas realidades para despertar a curiosidade crítica, já que a curiosidade domesticada só permite a memorização mecânica dos objetos.

A capacidade de se aproximar ou se afastar do objeto, de delimitá-lo e questioná-lo é viabilizada pela curiosidade epistemológica, possibilitada não só respondendo perguntas, mas por meio do diálogo indagador. Nas palavras do autor,

A dialogicidade não nega validade de momentos explicativos, narrativos, em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que o professor e os alunos se assumam epistemologicamente curiosos. (Freire, 2020a, p. 83).

Isso implica afetos relacionados a essa dinâmica e aproximação do educador com os educandos enquanto sujeitos; implica ainda aquele exercer sua função com segurança e revisar suas práticas pedagógicas frequentemente.

Essencialmente a democracia se realiza com o exercício do poder popular. Nota-se que, mesmo em sociedades onde essas premissas são formalmente estabelecidas pela institucionalidade, apenas quando os sujeitos compreendem sua condição histórica e socialmente definida é que podem agir no sentido de controlá-la segundo sua vontade.

Apenas a partir da consciência obtida na formação de seres críticos é que se pode entender quais políticas configuram interesse ou antagonismo aos anseios do sujeito e, portanto, escolhê-las conscientemente. Há que se levar em conta que quanto mais se apropriam criticamente dos conhecimentos metodicamente constituídos pela humanidade, mais ampliam-se as condições para a tomada de decisões e mais completa torna-se a decisão política dos sujeitos em questão.

É relevante pontuar que a sociedade atual, bem como muitas das sociedades antigas onde formalmente considerava-se a política como democrática, encontra-se castrada de autonomia. Em contextos como este qualquer democracia reside apenas na superfície das instituições, e não no cotidiano dos cidadãos. Apenas com pedagogias libertadoras a democracia pode passar de postulados formais para o método real de exercício político.

Considerações finais

A partir das discussões trazidas acerca do objeto de estudo, consideramos junto da

bibliografia analisada o fato de que nossa sociedade se estrutura hierarquicamente e passa por um acirramento das ideologias que sustentam econômica e politicamente essa hierarquia. Compreende-se que a manutenção das estruturas de classe se faz pela hegemonia, construída, entre outros meios, pelas abordagens pedagógicas que se pretendem neutras e reproduzem as ideologias mantenedoras dessa forma social. Esses modos de ensinar não se mostram imparciais, mas passivos e carregados de dominação.

A partir dessa problematização do cenário educacional atual e considerando esses efeitos das pedagogias tradicionais na formação da sociedade, no presente trabalho resgataram-se proposições de meios para a realização de uma educação democrática a fim de superar movimentos neoliberais e neoconservadores na educação. Também foi argumentada a relevância do ensino voltado à humanização e à coletividade pelas concepções de Paulo Freire e Anísio Teixeira.

Essas constatações relacionam-se à noção até aqui trabalhada de que a pedagogia, ao passo que pode reproduzir na formação dos novos sujeitos a cultura autoritária, também pode emancipá-los dela. Ao carregar intenções, a educação pode ser instrumento de luta ou de dominação. Quando trabalhada de maneira humanizada e humanizadora, a pedagogia intencionalmente emancipadora se faz ideal para atingir as máximas capacidades humanas, exercitando nos educandos sua humanidade e agência sobre a história e possibilitando que desenvolvam suas potencialidades para além da realidade estruturalmente dada. Os ataques às educações que alcançam esse fim são intrínsecos à sua potencialidade.

Como defendido por esse trabalho, segundo Freire e Teixeira, a pedagogia libertadora pode auxiliar na construção de uma sociedade emancipada das hegemonias do capital, pois possui em sua forma de ensinar o incentivo do agir pelo próprio aluno, para que não apenas receba, mas incorpore os saberes e os apliquem na transformação social para a democracia e humanização.

Cabe ainda ao tema de discussão a proposta de um estudo de campo sobre impactos dos Colégios Militares nas individualidades do coletivo, fazendo uma análise sociológica e filosófica do papel dos dogmas e do obscurantismo em validar e legitimar o sofrimento dos corpos nesses espaços. A proposição dá caráter de continuidade à presente pesquisa, buscando complementar a amplitude do assunto pautado aqui, ressaltando a importância da produção de conhecimento em tempos de resistência a contextos repressivos.

Referências

- DORNELLES, João Ricardo W. Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. *RIDH*. Bauru, v. 5, n. 2, p. 153-168, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/526>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- FERREIRA, Sonia Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública. *Trabalho necessário*, Niterói, v. 17, n. 32, p. 88-113, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28304>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 63 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 74 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020b. 256 p.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira; LIMA, Iana Gomes. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100567&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 abr. 2021.
- MAGOGA, Patrícia Melo; MURARO, Darcísio Natal. A escola pública e a sociedade democrática: a contribuição de Anísio Teixeira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, p. e236819, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.236819>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- TEIXEIRA, Anísio. Democracia e educação: o processo democrático da educação. In: TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 253-270.
- TEIXEIRA, Anísio. Revolução e educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 39, n. 90, p. 3-7, abr./jun. 1963.

Recebido em: 15 de novembro de 2022

Aceite em: 13 de abril de 2023